



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E OS (DES)ENCONTROS DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA: UM ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E SIMULACROS DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO DA BARRA DA TIJUCA (RJ)

Autores:

Mateus Viriato de Medeiros Siniscalchi - Pontifícia Universidade Católica do Rio -
mateusviriato@gmail.com

Resumo:

Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre as metamorfoses do espaço público na metrópole contemporânea, a partir das múltiplas transformações que este assume diante das tensões e contradições que se dão entre os movimentos de dominação e apropriação territorial. Considerando o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro, nota-se que a racionalidade estratégica e a lógica empresarial dos grupos que dominam o território condicionaram a privatização do espaço público como uma tendência geral na cidade. O espaço privatizado assume centralidade para a reprodução das relações sociais na medida em que os espaços públicos de encontro se constituem como residuais e assumem um novo significado sob o ordenamento do Estado. No bairro da Barra da Tijuca - uma das principais fronteiras de expansão da cidade - o espaço público revela novas qualidades e elementos que complexificam a sua conceptualização, introduzindo novos desafios à investigação geográfica da realidade metropolitana.

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E OS (DES)ENCONTROS DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA:

um ensaio sobre as metamorfoses e simulacros do
espaço público no bairro da Barra da Tijuca (RJ)

INTRODUÇÃO:

Inserido no processo de globalização, o atual movimento de metropolização do espaço da cidade do Rio de Janeiro sinaliza um momento histórico específico de seu desenvolvimento urbano, marcado por profundas transformações nas formas e conteúdos do território. Como observado em outras metrópoles da América do Sul, tais mudanças vão além da morfologia da paisagem e nos apontam novos sentidos para a reprodução das relações sociais, expressando uma verdadeira metamorfose espacial (LENCIONI, 2017). Sob essa condição metropolitana, a espacialidade das práticas sociais se redefine a partir de outros ritmos e maneiras de trabalhar, circular, acessar, consumir, investir, morar, se proteger e festejar nas grandes cidades. Atualizando também o *modus operandi* de uso e ocupação do espaço público, agora orientado sob uma nova geometria de poderes assimétricos e contraditórios, caracterizada por múltiplas tensões entre estratégias de dominação e táticas de apropriação do espaço.

Na esfera do cotidiano, a agravante instabilidade das condições de vida faz parecer que não há nada de permanente na cidade, a não ser a mudança. Todos seus elementos se encontram em redesenho constante: paisagens e dinâmicas que no passado jurávamos ser duradouras (ou até imutáveis) dão lugar a novos contornos e práticas progressivamente mais efêmeras do que antes. Porém, se o pulsar desta metrópole funda seu ritmo sob o império da transitoriedade, devemos reconhecer que estas transições também se ancoram em determinadas continuidades. O novo não engoliu por completo o que lhe precedia, pelo oposto, em certos aspectos intensificou fluxos e tendências pré-existentes no espaço urbano, que ao invés de sucumbirem com a reestruturação da cidade carioca, são hoje reproduzidos a partir de novas significações e contextos.

Desse modo, o cidadão ordinário vive sua vida sob um renovado conjunto de representações espaciais, no qual as próprias práticas sociais são 'reapresentadas' sob novas determinações, enquanto que outros sentidos de espaço se ofuscam e dissolvem de maneira acelerada. No Rio de Janeiro, torna-se notável a banalização da privação social sob um contexto de contenção e segregação territorial. Assim como, o esvaecimento dos laços comunitários e dos encontros coletivos nos lugares abertos da cidade, que mediados por

uma nova orientação político-econômica, tornam-se alvos de variadas iniciativas de controle privativo. Neste contexto, percebemos que o espaço público assume novos conteúdos de troca social, amplamente mediados pelo ordenamento do Estado e pela ampliação, intensiva e extensiva, da propriedade privada como um paradigma social.

Sob esta perspectiva, em virtude da racionalidade estratégica e mercadológica de quem planeja o território, o processo de privatização do espaço público se consolidou como uma tendência geral na cidade. O espaço privatizado ganha protagonismo e se reproduz na medida em que os espaços abertos, de encontros coletivos e espontâneos, se constituem como raridade e assumem um novo significado sob o ordenamento do Estado. É sobre tal problemática da metrópole contemporânea que este estudo debruça suas reflexões e busca compreender as metamorfoses do espaço público na cidade do Rio de Janeiro. Referimos, portanto, às novas condições desiguais de sociabilidade nos espaços públicos da metrópole, que nos revelam um horizonte segregado para a realização das práticas espaciais.

Nesse sentido, partimos de dois diagnósticos fundamentais: o primeiro é que, nas grandes cidades, onde os poderes político e econômico tendem a se concentrar intensivamente e se articular estrategicamente, o espaço público vem se distanciando progressivamente do seu sentido pleno de uso coletivo. Ao passo que se torna residual, o espaço público incorpora representações e características típicas do mundo privado, associando-se à noção de posse, ou seja, àquilo que pertence ao Estado e por ele deve ser regulado.

Daí deriva o segundo apontamento: a partir do momento em que o espaço público é dominado de modo privatista e se apresenta como uma posse, ou melhor, um instrumento de poder nas mãos de determinado grupo hegemônico, é necessário pensar sobre os novos desafios que estão postos para a sua apropriação espontânea e coletiva. Desse modo, a ideia de metamorfose do espaço público sinaliza novos fatores condicionantes para a apropriação dos lugares na metrópole, diante de um contexto de dominação territorial concebido pelos grupos sociais hegemônicos do espaço – o Estado e a elite empresário-comercial local ligada ao capital financeiro internacional – em que uma série de entraves se coloca para o uso democrático dos locais públicos.

Neste contexto, observamos que o bairro da Barra da Tijuca, localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, se destaca enquanto um bairro singular para o estudo das relações entre as formas de apropriação e dominação do espaço público. A partir da experiência sensível de morar e crescer neste bairro foi possível perceber como as relações sociais se fragmentaram e individualizaram ao longo do tempo. Desde as duas últimas décadas do século XX, o acelerado processo de metropolização do espaço acentuou a privatização do solo e a privação territorial dos moradores do bairro, reconfigurando drasticamente o padrão do convívio nos espaços públicos, onde novas práticas pautadas por posturas segregacionistas desvirtuaram os antigos laços de alteridade que emanavam dos parques, praças e ruas, bem como, redefiniram as condições de acessibilidade aos mesmos.

Hoje, a Barra da Tijuca tornou-se um ícone deste modo privatista de viver, acumulando aparatos de contenção territorial (muros, grades, cancelas, guaritas de

vigilância, etc.) e referenciais hegemônicos em sua paisagem, como shopping centers, supermercados e grandes condomínios exclusivos, mas carece de espaços públicos abertos aos encontros coletivos. Aqueles que restam, quando não estão cercados ou sob vigília, se encontram majoritariamente reduzidos em suas possibilidades de troca social, tornando-se espaços de passagem (da circulação acelerada) ou de consumo (da troca monetária), e são diariamente apropriados de maneira privada, em diferentes escalas de ação, por diferentes sujeitos sociais. Assim, o espaço público do bairro incorpora representações e símbolos característicos de um espaço privado, assumindo formas e funções que antes não lhe eram típicos e, conseqüentemente, afastando-se dos elementos essenciais que constituem a natureza do público.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os novos atributos que o espaço público assume diante das metamorfoses produzidas pela metropolização do espaço, bem como investigar as tensões e contradições entre os movimentos de apropriação e dominação do espaço público na metrópole carioca. Tais propósitos de pesquisa nos suscitam algumas questões pertinentes, pois sendo notadamente distintos os elementos que definem o espaço público metropolizado em relação ao espaço público do passado carioca, é necessário problematizar o seu próprio estatuto de público. Estaria o espaço público metropolitano sendo ‘desfigurado’ e ‘reapresentado’ como um simulacro? Até que ponto é possível considera-lo como um espaço público de fato?

Considerando tais questionamentos, podemos perceber que o objeto estudado envolve tensões dialéticas entre movimentos de representação e corporificação, de homogeneização e fragmentação, de submissão e insurgência que se desenrolam no cotidiano do espaço metropolitano. Nesse caminho, ao trabalharmos com a escala absoluta do município do Rio de Janeiro ou do bairro da Barra da Tijuca devemos considerar que as contradições assinaladas acima traduzem uma dinâmica espacial que não se limita a tais recortes político-administrativos. Os processos analisados nesta pesquisa transcendem as fronteiras do bairro e da própria cidade, pois se repercutem na totalidade do espaço metropolizado. Logo, o exemplo concreto da Barra da Tijuca resguarda mil particularidades, mas também é constituído de revelações universais, iluminando uma condição espacial transescalar que pode ser verificada em muitos outros bairros de outras metrópoles do planeta.

Nesta reflexão geográfica, é importante notar que o conceito de espaço é compreendido a partir de sua condição social, isto é, como uma construção social histórica em movimento permanente. Nossa interpretação envolve por excelência a dimensão das ações humanas, que sob uma miríade de conflitos e contradições revelam todo conteúdo social e histórico do espaço. Segundo esta visão, o sentido do espaço é construído a partir da reflexão e ação da sociedade ao transformar o mundo. Tal como afirma Carlos (2011, p. 23), “o espaço é duração e simultaneidade de atos e ações, situando a possibilidade de compreensão do mundo no plano da práxis”.

Por isso, nos interessa saber como as práticas da sociedade “constroem” o espaço apontando para a diversidade de ritmos do tempo social e seus pesos simbólicos, que coexistem de forma simultânea e desigual nos diferentes arranjos da vida contemporânea. Este entendimento abre o caminho para a construção teórica sobre a ‘produção do espaço’,

abordagem preconizada por Lefebvre (2006), a partir da tese segundo a qual todo modo de produção “organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo)”. Este processo indica que a sociedade, em seu processo constitutivo de reprodução das relações sociais, produz continuamente o espaço num movimento incessante, tornando-o um produto da sua própria existência:

“Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos; uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.” (LEFEBVRE, 2006)

Nesta perspectiva, as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais e vice-versa (Carlos, 2011). A consciência sobre este movimento supera a ideia de sociedade atuando sobre o espaço, a partir do entendimento de que as práticas sociais são espaciais e produzem espaço, estando nele ancoradas e representadas. Bem como, desmistifica a noção de um espaço neutro ou acabado, pois o espaço enquanto produto social e histórico revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produzem. Nestes termos, o espaço realizado enquanto produção social remete à ideia de um espaço em movimento, tal como uma construção inacabada, sempre em curso, num eterno devir (LENCIONI, 2017).

É importante notar que este movimento de produção espacial se apresenta num sentido multidimensional e dialético, sob a complexa relação materialidade-imaterialidade. Pois se refere tanto à realização material de objetos técnicos, quanto à construção de imaginários, normas e comportamentos espacializados de acordo com uma dada lógica e em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Lefebvre (2006) ressalta o fato de que o espaço não se resume a sua realidade objetiva, ele é também subjetivo, carrega simbolismos e representações poderosas, que são determinantes nos modos de ser e agir dos sujeitos sociais.

Diante disso, vale lembrar que o espaço produzido socialmente é também a condição e o meio da própria produção social. Não é apenas o resultado das práticas humanas interagindo com a natureza, mas se faz determinante desde o princípio desta relação, interferindo de forma direta nos mais variados níveis da vida social, seja na disposição material das trocas da sociedade ou na elaboração de suas mentalidades, leis e identidades. Sendo assim, o próprio indivíduo se insere como sujeito social ao produzir o espaço que lhe produz. Neste processo de constituição mútua, podemos pensar a noção de espaço tanto como produto quanto produtor das relações sociais de produção:

“Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se

e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais.” (LEFEBVRE, 2006)

Seguindo a construção deste raciocínio, Lefebvre (2008) demonstra como a noção de produção possibilita a análise do conteúdo que transcende as formas aparentes ao focar os processos sociais que dão origem e explicam a morfologia do espaço. Deste modo, a teoria permite desvendar os ‘fluxos’ como matriz dos ‘fixos’ e, assim, interpretar os objetos com poder de agência sobre as ações (Santos, 1996). Iluminando as intencionalidades por detrás das aparências ao elucidar os sujeitos sociais que produzem o espaço e as mediações que tornam o processo real. Logo, a análise desta produção envolve diferentes dimensões e momentos interconectados da realidade espacial, que podem ser captados ao intelecto através das valiosas tríades conceituais propostas por Lefebvre (2006), como veremos mais adiante.

Diante destas considerações iniciais, a proposta deste texto é aprofundar a reflexão geográfica sobre a produção do espaço público na atualidade da metropolização do espaço, através da abordagem dialética e crítica, na qual o conceito será abordado sob variadas dimensões analíticas pertinentes para o entendimento relacional das transformações radicais que estão em curso. Desta maneira, nosso enfoque se direciona a momentos e escalas da produção do espaço que não se encontram separados na realidade, pois estão condensados e contidos no próprio espaço, num movimento integrado e complexo, sempre mais veloz e mais total do que o nosso ritmo e escopo intelectual. Porém, sem perder de vista esta complexidade, tais dimensões e escalas serão aqui consideradas em diferentes momentos do raciocínio, como etapas para a construção gradual de um conhecimento totalizante.

Portanto, por mais que nosso objetivo seja esclarecer o conceito de espaço público através da análise de suas metamorfoses contemporâneas, adiantamos que este debate está longe de se esgotar neste breve estudo. E não devemos enxergar isto de modo negativo. De modo inverso, seria mais sensato ler este artigo como um ponto de partida para o pensamento geográfico, com mais aberturas e propostas do que encerramentos ou conclusões. Uma vez que a própria incompletude do debate aponta para a magnitude do significado das transformações em curso nas grandes cidades, seguiremos neste tom, na busca de elaborar uma teoria geográfica desmistificadora da realidade social.

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E METAMORFOSES METROPOLITANAS:

No limiar do século XXI, a sociedade humana se reproduz sob as incertezas do problemático mundo das grandes metrópoles. As trajetórias de nossas vidas, por mais diversas e distantes elas se apresentem, se encontram profundamente permeadas e invadidas pelos problemas de um espaço urbano demasiadamente transformado, que engendra novos movimentos, ritmos e representações para além dos limites formais das cidades que conhecemos, transbordando suas crises e contradições por toda a extensão do

planeta. Não se trata de reafirmar a tese sobre a “planetarização do urbano”, pensada por Lefebvre (1991), visto que nos cinco continentes do globo terrestre a era urbana já é latente há tempos. Porém, na medida em que o urbano não apenas ganha vigor e complexidade, mas é metamorfoseado em suas múltiplas dimensões, devemos nos questionar de que espaço urbano nós estamos falando e se, de fato, as qualidades analíticas do urbano enquanto construção teórica ainda iluminam a compreensão do novo desenvolvimento desigual e combinado das cidades.

Ao considerarmos que, ao longo do processo civilizatório, cada modo de organização social produziu o seu espaço, nota-se que cada cidade se apresenta como materialização e significação de um momento histórico específico. Logo, se a cidade de hoje não é mesma de ontem e nem será equivalente à de amanhã, se faz necessário reciclarmos constantemente nossas leituras sobre ela. Sob estes termos, Carlos (2007, p. 63) adverte que “em cada momento da história, a cidade assume expressão e sentidos diferenciados”, e questiona “como a metrópole pode expressar o movimento do mundo contemporâneo, apontando para o seu entendimento?”.

Nesse sentido, esta análise se desenvolve com base no entendimento de que, na atualidade do capitalismo global, vivemos num período de transição metropolitana, marcado por transformações radicais na dinâmica espacial das cidades e nas relações sociais que caracterizavam o espaço urbano do século passado (LENCIONI, 2017). Tal momento de mutação, longe de ser algo meramente abstrato, se tornou possível graças à convergência de múltiplas determinações econômicas, políticas e culturais que culminaram em uma verdadeira metamorfose na estrutura, forma e função das cidades mundiais. Neste contexto, a metrópole contemporânea, em suas tendências territoriais de concentração (de capital e poder) e dispersão (de padrões morfológicos e comportamentais), se constitui como um produto da metropolização do espaço, processo este que metamorfoseia a tudo e a todos, se impondo como uma determinação dos novos tempos.

Constituindo-se num marco espaço-temporal da atualidade, o movimento de metropolização se apresenta como uma referência para a análise da dinâmica socioespacial em escala global, pois revela o conjunto de metamorfoses que condicionam e produzem o fundamento do momento presente (LENCIONI, 2017). Em outras palavras, a dimensão teórico-conceitual da noção de metropolização envolve um instrumental analítico potencial para o estudo da atual (re)produção do espaço, colocando em evidência os sujeitos sociais e as tensões entre suas práticas espaciais.

No entanto, nossa análise visa superar a classificação objetiva do conceito de metropolização e dos parâmetros cartesianos que qualificam as metrópoles nas ciências positivistas, posto que a diagnose quantitativa, na maioria dos casos, não representa fielmente a situação cotidiana das pessoas que vivem na metrópole. Por outro lado, os dados e informações coletados a partir de pesquisas concebidas por órgãos oficiais e normativos não deixam de ser “representações de espaço”, que aparentemente estão dadas de forma absoluta, mas que na realidade ocultam ideologias dominantes (LEFEBVRE, 2006). Desse modo, pretendemos aqui valorizar as evidências subjetivas, a partir de um diagnóstico qualitativo do processo de metropolização, que vai além da interpretação absoluta da realidade ao revelar os nuances da práxis social.

Para isso, é importante frisar desde já que apesar dos conceitos de metrópole e metropolização caminharem juntos nesta reflexão, eles não são sinônimos e resguardam notórias diferenças entre si, exigindo o esforço de diferenciação teórica (LENCIONI, 2017). Dessa maneira, ao considerar a historicidade destes termos, identificaremos que o conceito de metrópole sempre esteve relacionado ao de cidade, referindo-se à estrutura física e material deste constructo social. Enquanto que a noção de metropolização expressa um processo que é relativo ao espaço em sua generalidade, e não apenas às cidades. Logo, tanto a metropolização como um movimento continuado de transformação espacial, quanto a metrópole em sua materialidade construída socialmente, são fenômenos particulares da sociedade moderna e pertinentes para a compreensão do real.

Mas então, o que vem a ser de fato a metropolização do espaço? Partindo desta indagação, Lencioni (2013) desenvolve uma abordagem esclarecedora sobre a temática tendo por base variadas proposições teóricas e conceituações diversas. Segundo a autora, a metropolização se constitui num processo de escala global que metamorfoseia o espaço em sua totalidade. Ao se manifestar na amplitude multidimensional da realidade – através de um conjunto de transformações sociais que atravessam todos os níveis da produção do espaço – tal movimento demarca mutações territoriais que se desenvolvem a partir da extensão e densificação de uma nova materialidade metropolitana, que por sua vez, não deixa de ser suporte e produto da intensificação e requalificação dos múltiplos fluxos de pessoas, mercadorias e informações no espaço (LENCIONI, 2017).

Tanto na perspectiva da morfologia espacial, referente à reprodução de um novo conjunto territorial de formas metropolitanas, quanto na dimensão subjetiva dos ritmos e imagens desta territorialização, o processo de metropolização introduz um novo sentido para a produção do espaço (CARLOS, 2011). Um sentido orientado por uma ordem globalizada, que projeta e reproduz representações dominantes no âmbito da vida cotidiana. Este novo conjunto de normas, valores e parâmetros redefinem os modos de ser e agir dos variados grupos sociais nos diferentes locais de realização da vida. Trata-se da renovação das práticas sociais que, em larga escala, anunciam uma nova época do espaço, consagrando a metropolização como uma “novidade radical na história da civilização: uma mudança na modernidade” (FERRIER citado por LENCIONI, 2017, p.204).

Retomando Lencioni (2017), tal movimento se efetiva na emergência de características metropolitanas no mundo urbano, que transformam as estruturas, dinâmicas e formatos territoriais pré-existentes, independente desses espaços serem ou não metrópoles. Como vimos, se há quase meio século atrás Henri Lefebvre escreveu sobre a “urbanização completa da sociedade” para designar o sistema global de urbanidades e virtualidades do espaço urbano, que transbordavam para além das cidades ao penetrar nos locais mais remotos e longínquos, agora estamos a falar da metropolização deste todo social. Como aponta Ferreira (2014), o processo de metropolização do espaço está para o momento atual, assim como a urbanização da sociedade estava para aquele momento.

Nesse sentido, podemos compreender a metropolização como um novo ciclo urbano, que emerge da dinâmica da economia global e produz outro tipo de metrópole (LENCIONI, 2017). Mas que não se limita apenas a ela ou às unidades de regiões metropolitanas oficialmente legitimadas pelo governo. Na realidade, abrange a totalidade do espaço

globalizado, constituindo assim uma determinação atualizada do urbano, com incorporação de conteúdos prévios e desenvolvimento de outros inteiramente novos (Ferreira et al., 2014). Assim, em sua magnitude contemporânea, a metropolização transforma e supera a espacialidade do momento anterior das cidades, pois se desenvolve a partir duma natureza distinta em relação ao processo de urbanização:

De segunda natureza, como posterior e diferente da primeira. Não falamos que a uma plantação de cana se constitui como segunda natureza, tanto quanto a cidade se constitui numa segunda natureza porque é obra dos homens? É nesse sentido, que estamos falando de metropolização, no sentido dela se colocar como uma urbanização de segunda natureza, uma pós-urbanização. (LENCIONI, 2014, p. 2)

É importante notar que esta dinâmica se dá em compasso com o processo de globalização da sociedade e de mundialização das relações capitalistas. São muitas as obras científicas que abordam o trinômio relacional entre globalização, reestruturação produtiva e a formação da dinâmica metropolitana, no esforço de demonstrar que as mutações no modo de produção capitalista sinalizam mudanças mais amplas referentes ao modelo civilizatório que está em curso nas metrópoles contemporâneas. Visto que as condições históricas e materiais para a realização daquilo que muitos autores denominaram de “pós-fordismo” ou “acumulação flexível” se traduz numa ampla transformação espacial e técnica das atividades industriais, políticas e econômicas em todo o planeta. Não pretendemos aqui nos prolongar nesta discussão, mas é conveniente apontar alguns fatores fundamentais para a compreensão da atual espacialidade das práticas sociais na cidade.

Sob esta orientação, a dinâmica metropolitana só se tornou uma realidade espacial generalizada no momento em que se consolidou um meio técnico-científico-informacional capaz de possibilitar a fluidez de suas transformações em escala ampliada (SANTOS, 1996). Por isso, as revoluções da ciência, tecnologia e informação foram essenciais para a introdução de uma nova racionalidade do espaço produtivo e transformação do padrão de acumulação capitalista. Bem como marcaram a passagem do modelo societário industrial para uma “sociedade informacional” interconectada em redes complexas, que uma vez articuladas, redimensionam a área e o volume dos circuitos de produção-circulação-consumo de mercadorias, serviços e bens imateriais (ideologias, imagens virtuais, modas, etc.) no espaço (CASTELLS, 2010).

Dessa maneira, a chamada Terceira Revolução Industrial rompeu as dinâmicas espaço-temporais dos antigos conjuntos industriais, na medida em que o desenvolvimento da automação e da eletrônica permitiu a reorganização da produção e da divisão do trabalho. A partir de um novo padrão tecnológico e organizacional, a dispersão geográfica do setor produtivo se torna possível diante da emergência de uma rede integrada de fluxos em escala global (BORJA e CASTELLS, 2004). Sobre essa nova dinâmica, Mongin (2010) sinaliza que a rede reflete a espacialidade do capital, pois se apresenta como expressão das relações de circulação do capital e como força produtiva para a acumulação de capitais, isto é, como um poderoso meio que integra simultaneamente mercados e capitais dentro de um sistema financeiro mundial. Como afirma Sassen (1993, p. 188): “A geografia e a composição da economia mundial transformaram-se de modo tal que produziu uma complexa dualidade:

uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa, mas ainda mundialmente integrada”.

Neste contexto, as transformações na forma, função e estrutura da Indústria redefinem profundamente a dinâmica territorial das cidades. O movimento de disjunção espacial entre os centros de gestão e os complexos produtivos das empresas e corporações não significa descentralização econômica, pelo contrário, viabiliza a atual concentração de capital e poder nas metrópoles (DINIZ, 2000). Nesse movimento, se redimensionam o tamanho e o papel das metrópoles mundiais que, diante do incessante espraiamento dos seus territórios, assumem uma escala regional e tendem a desempenhar a função de “nós” articuladores na atual fase da economia em redes (SOJA, 2015). Nesse sentido, Scott et al. (1999) e Soja (2015) enfatizam a nova dimensão da “cidade-região”, destacando sua posição central de gerenciamento e regulação dentro de uma cadeia produtiva espacialmente dispersa em escala global.

Ferreira (2011) demonstra como a reestruturação territorial das cidades do século XXI interage com o atual momento histórico do sistema capitalista, sinalizando que a proliferação de escritórios e prédios comerciais na metrópole traduz as transformações globais que estão em curso e anunciam uma nova lógica espacial. Em sintonia com o autor, Carlos (2005) afirma que o movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro traz como consequência a necessidade da produção de espaços capazes de recriar suas condições de realização. Desse modo, são elaborados planos de reinserção econômica para as cidades, nos quais diversas delas têm seus territórios estrategicamente reestruturados em vista da atual dinâmica da economia global, que se expressa no desenvolvimento de novas atividades econômicas, principalmente as ligadas aos setores de serviços e comércio (SASSEN, 2010).

Neste quadro, em que uma gama de serviços altamente especializados e funções de gerência no nível máximo se localizam dentro das metrópoles, estas se consolidam como “lugares-chave” para a expansão do capitalismo financeiro. O que nos leva a pensar numa nova imagem de metrópole, agora pautada pelo viés neoliberal dos agentes hegemônicos do espaço, que integram suas estratégias de controle territorial através de um novo modelo de planejamento e gestão urbanos, no qual os imperativos da produtividade e competitividade se tornam focos norteadores de gestores inspirados em racionalidades provenientes da administração de empresas, ou seja, que importam métodos e princípios empresariais às políticas públicas (CARRERAS, 2005). Como efeito, agora estas políticas assumem uma orientação privatista e se realizam através de sucessivas cadeias de subcontratação, que dão impulso à terceirização dos serviços e renovam as contradições entre os poderes públicos e privados.

Referindo-se ao espaço urbano brasileiro, Cayres et al. (2010) pontua que a perspectiva neoliberal se baseia em três princípios: a “reversão de proteção e direitos sociais”, a “desregulamentação do Estado” e “privatizações de empresas públicas”, confirmando as perspectivas de Vainer (2009), ao compreender que o planejamento territorial baseado no urbanismo clássico-moderno, cede espaço ao planejamento neoliberal, no qual reina o pragmatismo, o realismo e o sentido prático, em que a produtividade do espaço é a meta-final. Dessa forma, o autor expõe o atual cenário do city-

marketing em que as elites locais das grandes cidades competem entre si para atrair capitais, tecnologia, indústrias, serviços e mão-de-obra qualificada. E no qual os governos se orientam por medidas empreendedoras ao invés de administrativas, através de “investimentos” materiais no espaço e na produção planejada do consenso social sobre o próprio modelo de desenvolvimento que reproduz (VAINER, 2009).

Essa evidente integração entre a esfera do político e do econômico aponta para a percepção da própria “cidade como negócio”, concebida a partir de um urbanismo de negócios que se reduz à relação negocial entre poderes privatistas (CARLOS, 2015). Sob este diagnóstico, Ferreira (2014) se refere ao processo de “mercadificação” da cidade, ao constatar a condição fragmentada do espaço tornado mercadoria, que assim como as outras, deve ser valorizada, reproduzida, vendida, consumida e descartada (ou ainda reciclada, através dos movimentos de “revitalização” espacial). Neste mesmo sentido, diversos autores trabalham a ideia de “cidade-mercadoria”, sinalizando um modelo de cidade no qual a cidadania e a participação popular sucumbem frente às estratégias do Estado e da elite empresário-comercial ligado ao capital financeiro internacional (CARLOS, 2017). Interesses e estratégias que, uma vez integrados, orientam os indivíduos a se comportarem como meros consumidores do espaço concebido como valor de troca e não como cidadãos portadores de direitos de uso do espaço vivido (LEFEBVRE, 2006).

Assim, em meio a tantas metamorfoses espaciais, os movimentos da globalização revelam sua dimensão perversa ao intensificarem as contradições estruturais do desenvolvimento social capitalista (SANTOS, 2004). Pois como afirma Carlos (2005, p. 29), “os processos de globalização não ocultam a fragmentação do espaço, fundamento da segregação da metrópole”, acrescentando que “ao lado da integração dos espaços no sistema mundial há desintegração e deterioração de outros espaços”. Mas para além do binômio ‘integração-desintegração’, compreendemos que tais processos globais se realizam através da homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço em várias dimensões (LEFEBVRE, 2006). O que significa dizer que a metropolização se constitui como uma superação do urbano em muitos sentidos, porém não supera suas crises. Na realidade, se desenvolve justamente sobre o modo de crises, numa espiral dialética de contradições que se retroalimentam e desencadeiam sucessivos conflitos e desigualdades no espaço (LENCIONI, 2017).

O processo de metropolização, portanto, se revela por demais contraditório, pois homogeneiza certas dimensões do espaço ao reproduzir morfologias, estratégias, consensos e comportamentos padronizados, característicos da mundialização da sociedade metropolitana. Ao passo que também fragmenta outras dimensões – materiais e imateriais – configurando uma metrópole essencialmente segregada na esfera do acesso, da mobilidade, do consumo e dos usos diversos. Nesse processo, o espaço da cidade que se repete e reparte em fragmentos também se reorganiza com base em hierarquias, diante da atualização das geometrias assimétricas de poder que se dão entre os lugares, as pessoas e seus projetos. E assim, se consolida uma espacialidade contraditoriamente homogeneizada, fragmentada e hierarquizada para a reprodução das práticas sociais.

É neste compasso que a metrópole contemporânea se apresenta sob velhos e novos males, na medida em que se revela meio, condição e produto do movimento de

‘homogeneização-fragmentação-hierarquização’ das práticas espaciais. Na cidade do Rio de Janeiro esta dinâmica se verifica de forma acelerada, a partir da acentuação de desigualdades sociais nas diversas parcelas do espaço fragmentado. Onde imperam práticas e representações espaciais concebidas hegemonicamente, que desenraizam as identidades territoriais tradicionais através da reprodução de um modelo global de cidade. Um modelo banal, que limita os usos do espaço urbano e reduz os modos de vida a hábitos rotineiros, consumistas e repetitivos, evidenciando comportamentos programados, controlados e vigiados pelos grupos sociais dominantes da metrópole carioca.

DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

Frente ao conjunto de transformações e contradições abordado acima, percebemos que atualmente o movimento de produção do espaço se fundamenta sobre variadas crises metropolitanas, dentre as quais a crise do espaço público, que introduz novos desafios para a realização das práticas sociais. No âmbito de uma política neoliberal, que ostenta a iniciativa privada, e uma economia extremamente financeirizada, cujos fundamentos são negócios privados, a cidade do Rio de Janeiro torna-se lócus privilegiado do urbanismo de viés empresarial, baseado na privatização de lugares, empresas e serviços como um método fundamental de gestão. Diante desta racionalidade privatista, a extensão da privação social através da forma jurídica da propriedade privada do solo reconfigura os usos e redefine o acesso aos espaços públicos da cidade, pontuando uma diferenciação hierárquica entre os indivíduos (CARLOS, 2011).

Nesse sentido, Chaui (1995, p. 75) salienta que “do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento do espaço público”, mas na perspectiva dos interesses econômicos, um “alargamento do espaço privado, tornando a sociedade presa fácil do neoliberalismo e por ele fascinada”. Sob a ótica desta relação, percebemos que na metrópole carioca este contexto crítico se materializa através das ações dos grupos sociais hegemônicos do espaço – o Estado, em suas diferentes instâncias governamentais (principalmente a esfera municipal), e a elite empresário-comercial local conectada à reprodução do capital financeiro internacional – que, estrategicamente integrados, condicionam o processo de apropriação privada do espaço público.

Segundo Vainer (2009), este condicionamento se verifica na criação de circunstâncias múltiplas, que vão desde o reordenamento dos lugares de convívio, através da renovação das normas e regulamentos que orientam os tipos de uso e ocupação do solo, até o estabelecimento de conformismos sociais, diante da popularização forjada de um imaginário “oficial” sobre a cidade, pontuando aquilo que deve ou não ser positivo para ela. No Rio de Janeiro, tal reconfiguração tem como referência a racionalidade absoluta do Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), que se revela instrumental aos discursos e práticas governamentais, planificando a recomposição territorial da urbe em nome da produtividade econômica.

Neste projeto, o espaço público – dos parques, praças, praias, ruas e calçadas – recebe novas diretrizes, pois em seu fundamento não se revela produtivo, ou seja, não

estimula a competitividade capitalista necessária para o “crescimento econômico” da cidade. E por isso, deve ser reestruturado e ressignificado de forma a garantir a valorização do solo urbano e a reprodução ampliada do capital financeiro-imobiliário. Diante disso, as geometrias de poder no espaço metropolitano se atualizam sob assimetrias mais profundas que outrora: muitos lugares que antes eram apropriados de forma múltipla e simultânea por diferentes sujeitos sociais, agora acumulam restrições a tudo aquilo que desvie da ordem político-econômica vigente.

Espaços que antes eram marcados pela justaposição de usos diversos, isto é, por distintas maneiras de fazer e pensar o próprio espaço, se revelam cada vez mais remodelados pelo ordenamento estratégico do Estado e inseridos na lógica da propriedade privada. Nesse movimento, na medida em que são normatizados e regulados, os espaços públicos incorporam formas e conteúdos próprios do mundo da mercadoria, pois os investimentos do governo no espaço público se dão em compasso com as estratégias imobiliárias e financeiras de valorização do solo urbano. Nesse quadro, o espaço público é dominado privativamente através da imposição de morfologias, signos e relações típicas dos ambientes privados. Dado que agora muitos deles contam com a instalação de aparatos de contenção territorial, que vão desde grades e sistemas de câmeras até cabines de patrulha com seguranças terceirizados (HAESBAERT, 2014). E, assim, todas as apropriações do espaço público que se desenvolvem em sentidos ‘avessos’ em relação à lógica territorial hegemônica são desqualificadas e ‘reapresentadas’ sob as ideias do “marginal”, do “informal” ou do “subversivo”.

Deste modo, o espaço público revela a qualidade contraditória das atuais práticas espaciais que nele se realizam como formas de dominação e apropriação, sintetizando as tensões e desigualdades entre os diferentes sujeitos sociais e seus projetos de vida na metrópole carioca. Entretanto, para compreendermos a dialética desta relação é necessário tecer alguns breves esclarecimentos em relação ao conceito de espaço público, considerando que este termo assume semânticas diversas dependendo do ponto de vista teórico e da fase histórica da cidade a que nos referimos. Sob esta perspectiva, nossa interpretação de espaço público não se limita àquela dos equipamentos coletivos ou bens públicos em sua materialidade objetiva, para além deste reducionismo, definiremos o espaço público pelo conteúdo de suas relações sociais e não pela formalidade instituída. Assumindo que a essência deste espaço se revela através da apropriação material e simbólica realizada – nas tramas do cotidiano – pelos diferentes sujeitos da metrópole (SERPA, 2011).

Neste sentido, Carlos (2011) explica que o conceito de espaço público liga-se a uma práxis determinada, ela própria invadida por conteúdos materiais e simbólicos. E nos lembra de que “nem todos os espaços de usos públicos podem ser construídos a priori nas cidades” e, por isso, não deveríamos nos pautar pelo discurso legitimador do Estado ao reconhecer espaços públicos (CARLOS, 2011, p.133). Na realidade cotidiana, são as apropriações do espaço que lhe conferem qualidades e sentidos, e os distinguem entre lugares vivenciados como possibilidades de encontros e desencontros, de organização política e alienação, de comunhão e solidão, de conflito social ou mesmo do acaso, consolidando contextos mais ou menos convidativos para ação coletiva.

Considerando suas dimensões constitutivas, Serpa (2011) nos indica que o espaço público se consolida sobre dois pilares fundamentais: a alteridade e a acessibilidade. Na dimensão da alteridade, as trocas do espaço público envolvem por excelência o Outro da relação e, conseqüentemente, a gestação de identidades individuais e coletivas a partir desta relação entre “mundos” diversos. Sob a perspectiva da acessibilidade, é o espaço inclusivo, do ‘convite à ação’, literalmente aberto às diversas possibilidades de uso e ocupação por grupos sociais heterogêneos. Sob este entendimento, o espaço público deve ser livre para entrar e sair, isto é, de acesso irrestrito para todos os cidadãos em suas diferenças culturais, de renda e aparência.

Sendo assim, o espaço público se realiza num tipo de troca social de conteúdo simbólico e material essencialmente distinto daquela que dá conteúdo ao espaço privado (LAVALLE, 2005). Contrapõe-se ao nível privado também na dimensão físico-material do espaço que, diferentemente daquele, não precisa estar fechado para resguardar os limites territoriais da privacidade. Mas principalmente porque o espaço público, em sua forma e conteúdo, se constitui no sentido inverso da propriedade privada, pois ao contrário desta, ele remete à ideia de pertencimento e não à de posse. Sobre estes termos, ao conceituarmos o espaço público, Lavallo (2005) sugere a consideração de três dimensões do ‘público’ correlacionadas com seus negativos do ‘mundo privado’: o “público versus a privacidade, intimidade ou sociabilidade primária”; o “público versus a propriedade ou interesse particular”; e o “público versus o não difundido, de conhecimento particular ou restrito”.

Porém, a interpretação ontológica do espaço público enquanto um espaço acessível e aberto aos variados usos sociais é posta em cheque ao analisarmos o tradicional papel do Estado capitalista no espaço (TREVISAN, 2009). Desde a sua criação moderna, o Estado esteve a regular e controlar o espaço público das cidades de alguma certa forma – na tentativa de impor a “ordem pública” – sempre congruente, em maior ou menor grau, com as necessidades reprodutivas do capital hegemônico. Desta maneira, o ordenamento do Estado se realiza mediante uma noção “oficial” de espaço público baseada numa estrutura de controle político-territorial, em que este espaço é dito e entendido como propriedade do poder público, um domínio do Estado, que por este deve ser regulado e ordenado.

Interessante perceber que este tipo de “propriedade institucional”, apesar de revelar uma dominação funcional e normativa do espaço público associada às lógicas econômicas vigentes em cada fase do capitalismo, não se confunde com um domínio privado, pois teoricamente está inserida dentro dos princípios fundantes de um ‘pacto social’ e, por isso, envolve uma relação de representatividade social. No entanto, o ponto central desta questão, que confere novos contornos à problemática, é a constatação de que na atual fase do capitalismo, a postura do Estado no espaço é norteadada sob um viés essencialmente privatista, que reconfigura drasticamente a qualidade do espaço público, agora incorporado ao paradigma da propriedade privada.

Desta forma, emerge uma nova filosofia e estratégia de territorialização das normas e regras do Estado, em que, ao garantir as condições territoriais de realização do capital, o Poder público, sob uma postura renovada, se apresenta como parceiro hegemônico do setor privado, agindo não apenas em nome do empresariado, mas tal como este último age.

Trata-se de uma “reforma político-institucional”, na qual os governantes, submetidos aos imperativos econômicos, integram os espaços públicos de forma estratégica ao ciclo de valorização e mercadificação do solo urbano, redefinindo o lugar e o papel dos lugares na cidade (VAINER, 2009). Logo, modificam-se as maneiras de pensar e conceber esses espaços, agora projetadas sobre o potencial valor de troca das relações sociais, na incessante busca de produzir rentabilidade financeira através dos (des)encontros cotidianos.

Sob esta orientação, os espaços públicos do Rio de Janeiro são apropriados de maneira privada não apenas por poderes privados: os grandes agentes econômicos, em suas estratégias de valorização de capital, ou por cidadãos ordinários que, imersos na cosmogonia de um mercado competitivo e privatista, reproduzem comportamentos individualistas e se apropriam privativamente do espaço de múltiplas formas. Como também pelo Poder público, materializado no ordenamento territorial do Estado, que exclui todo o não normativo, das formas de trabalho até as formas de cotidianidade (CARLOS, 2011). Porém, diferenciadamente dos primeiros, o Estado assume uma função central neste processo, pois se torna um agente direto da apropriação privada do espaço público tanto ao negociar e licenciar a privatização do solo por grupos empresariais, quanto ao investir massivamente no controle e regulação dos usos no território, em nome de uma suposta “segurança” ou “ordem” territorial.

Desse modo, a prefeitura do Rio de Janeiro tem cercado muitas praças e parques anteriormente abertos ao público, bem como fomentado a ‘revitalização’ desses espaços pela iniciativa privada (FERREIRA, 2011). Assim, percebemos que o processo de apropriação privada do espaço público por parte do Estado se constitui nas condições de uma dominação espacial, pois tem como respaldo o estatuto jurídico de propriedade legal sobre os terrenos públicos, um argumento de legitimidade que se sobrepõe às condições ordinárias de apropriação dos cidadãos em geral (CARLOS, 2011). E na medida em que os governantes deixam de se comprometer com a representação dos interesses da sociedade para atender às exigências do setor privado, o espaço público que se apresentava como uma “propriedade institucional” (de caráter representativo) se dissolve e recompõe nas qualidades de uma “propriedade privada do Estado”.

Assim, muitos dos espaços públicos se distanciam da coletividade, dos interesses do povo e deixam de ser vistos como espaços de representação popular, para se tornarem unidades de controle estratégicas para a reprodução da lógica espacial dominante (BORJA, 2003). Para Vainer (2009, p. 90), a cidade se despolitiza e se transforma em “lugar de inscrição territorial de formas de gestão, e não mais suporte de identidade política”. Nesta trama, governo cumpre um papel decisivo no processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização territorial ao totalizar as dimensões do espaço público, ordenando-o como um instrumento de (des)legitimação de outros poderes e grupos sociais (HAESBAERT, 2014).

Portanto, engendrados por poderes assimétricos, os movimentos de ‘apropriação-domação’ se negam, contrapõem e condicionam a todo tempo no espaço público cidade do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2007). Constituindo, portanto, um par dialético: numa relação contraditória e repleta de conflitos que, em tensão inovadora, se redimensionam continuamente a partir de novas contradições espaciais. Na cidade do Rio de Janeiro, a dominação dos grupos hegemônicos sinaliza um desenvolvimento territorial que priva a

maioria da população se apropriar livre e espontaneamente o espaço público. Como veremos a seguir, a partir de alguns exemplos concretos do bairro da Barra da Tijuca.

SIMULACROS DO ESPAÇO PÚBLICO NA BARRA DA TIJUCA:

Se alguém conhece a Barra da Tijuca hoje pela primeira vez, dificilmente imaginará que a exorbitância de edifícios e avenidas que compõe a paisagem do bairro tenha se tornado uma realidade concreta em menos de meio século. Ao olharmos para o passado, notamos que seu território permanecera “à margem” do crescimento da cidade do Rio de Janeiro durante muito tempo, até o momento em que começou a ser integrado às estratégias e interesses dos poderes político-econômicos hegemônicos da metrópole. Que de forma conjunta condicionaram a fragmentação do espaço e redimensionaram o paradigma da propriedade privada como um fator determinante para a reprodução das relações sociais. Hoje, o bairro se destaca como uma das principais fronteiras de expansão da cidade, concentrando grande parte dos investimentos públicos e privados da metrópole, e se constitui sobre um solo majoritariamente privatizado, onde a maioria dos moradores se confina em espaços fechados.

Nesse sentido, tendo em vista este foco desta reflexão repousa sobre a qualidade dos espaços públicos do bairro, não pretendemos aqui nos prolongar sobre o processo histórico de ocupação da Barra da Tijuca, mas sim salientar que o seu contexto reúne alguns elementos fundamentais para configuração de um espaço segregado, sob a dominação dos interesses privados. Entre estes elementos, Cardoso (1989) ressalta: a estrutura fundiária concentrada da região, as práticas de maximização do lucro das grandes empresas do setor imobiliário-financeiro, e a intervenção sistemática do Estado através de planejamentos urbanísticos e de investimentos constantes em equipamentos e serviços que viabilizam a expansão imobiliária.

Desde a segunda metade do século XX, a área da Barra da Tijuca já despertava o interesse dos governantes como possibilidade dum novo “core” da cidade, devido à centralidade geométrica do bairro no contexto do município, ideal para uma futura convergência e irradiação dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços. Sob esta perspectiva, Maia (1998, p. 41) afirma que “a ocupação do bairro permitiria refazer a unidade original da cidade”, que se fragmentava em direções opostas – zonas norte e sul – tal como duas partes desarticuladas de uma unidade que se desfez. Porém, desde então, a região já estava dividida entre apenas quatro grandes proprietários de terras, que concentraram em suas mãos quase todas as glebas disponíveis para construção, e controlaram a maioria da oferta de terrenos de acordo com seus jogos especulativos.

Logo, tratando-se de terras particulares, o Estado negociou e regulou o parcelamento das antigas propriedades segundo a própria lógica do capital fundiário/imobiliário, concebendo um padrão territorial privatizado, em que porções expressivas do solo do bairro seriam destinadas principalmente aos empreendimentos residenciais e comerciais. De um

lado, a iniciativa privada se encarregaria de promover a edificação da maioria dos estabelecimentos, e de outro, o Estado estaria a cargo da elaboração do plano regulamentador de diretrizes para a ocupação do bairro, e também da criação das condições de mobilidade na área (CARDOSO, 1989). Assim, em 1969 foi elaborado o “Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá, um plano urbanístico concebido pelo renomado arquiteto Lucio Costa, com o intuito de orientar o crescimento do bairro através de novas normas para o uso e ocupação do solo e outras propostas para a organização do espaço urbano.

Desta maneira, o bairro da Barra foi concebido sob uma inspiração notadamente privatista e fortemente inspirada nos moldes de Brasília e outras cidades norte-americanas, materializando um modelo de segregação territorial pautado na reprodução de “enclaves fortificados”, que sinaliza novas formas de fragmentação do tecido sociopolítico do Rio de Janeiro (GOMES, 2003). Visto que as práticas espaciais tendem a se reproduzir sob a dominação da propriedade privada e o movimento de privação dos moradores nos espaços fechados do bairro se reproduz com naturalidade no cotidiano:

Seu processo de urbanização sofreu influencia dos processos observados na cidade de Los Angeles: grandes avenidas; praças ou espaços públicos de sociabilidade quase inexistentes; presença de serviços comerciais e financeiros em espaços fechados; denominações estrangeiras, principalmente americana para shoppings, centros comerciais e residenciais. (GOMES, 2003, p. 3)

Sob esta orientação, o bairro foi projetado em unidades fragmentadas entre si, de modo que o desenvolvimento da maioria dos loteamentos privados resultou num mosaico de enclaves territoriais fechados e descontínuos, com poucos espaços públicos de encontro coletivo. Atualmente, a imponência dos vastos estabelecimentos privados é perceptível na paisagem do bairro e reflete a centralidade que estes assumem para a reprodução das relações sociais. Já os espaços públicos, não somente se apresentam menos expressivos na configuração do território, como também se revelam residuais, isto é, como meros fragmentos territoriais restantes diante dos movimentos de privatização do solo do bairro e confinamento de seus moradores em lugares privados. Neste contexto, nos diferentes momentos de realização do cotidiano, a maioria dos usos do espaço público se revela apenas funcional em relação aos encontros sociais que se concentram nos ambientes fechados.

Deste modo, o bairro se configura em núcleos de construções desconexos uns dos outros (separados por muros, grades e autopistas), marcados pelo grande porte dos estabelecimentos privados e pela desarticulação com os seus entornos. São diversos os condomínios exclusivos, shoppings centers, supermercados, hotéis, clubes, megaempresas, centros comerciais e de lazer que consolidam o solo majoritariamente privado, acessível e disponível apenas para alguns. Pois configuram uma espacialidade segregada a partir do próprio padrão restritivo e elitista de seus usos, uma vez que a realidade do acesso depende das condições de consumo dos cidadãos. Enquanto que são escassos os espaços abertos aos usos coletivos, restando apenas a praia, algumas poucas praças e parques naturais, que por sua vez se tornam alvos de constantes iniciativas de apropriação privada por parte dos moradores, empresários ou do próprio Estado.

Nesse movimento, constatamos que o espaço público da Barra é progressivamente incorporado ao paradigma da propriedade privada, absorvendo elementos típicos do espaço privado do bairro, seja em sua dimensão material ou imaterial, o que reconfigura suas condições de apropriação pelo cidadão ordinário. Em sua materialidade, os espaços públicos se homogeneizam e fragmentam a partir de morfologias ostensivas, repletas de barreiras e estruturas panópticas, tais como câmeras de vigilância, cabines de patrulha e cancelas. Uma arquitetura do medo que engole quem não é para estar ali, oriunda dos espaços fechados, mas que se estende para além dos seus limites e se reproduz nas praças, parques e logradouros públicos próximos aos condomínios residenciais (SPOSITO, 2013).

Porém, considerando a subjetividade destes espaços, percebemos que tais sistemas de segurança privada não ofuscam os sentimentos de medo e insegurança que afloram nas ruas do bairro, visto que os aparatos de contenção territorial se multiplicam nos espaços públicos justamente em função da ausência de vida comunitária e da profunda hierarquização que se estabelece entre os sujeitos sociais que neles se inserem (HASBAERT, 2014). Nesses termos, a qualidade da troca social nos locais públicos é alterada e se apresenta por demais reduzida em sua amplitude potencial, pois se circunscreve a hábitos consumistas, individualistas e privatistas, materializados em encontros episódicos e fragmentários (BAUMAN, 1995). Assim, inserido no paradigma da propriedade privada, o espaço público se homogeneiza, fragmenta e hierarquiza de múltiplas maneiras, todas elas vinculadas ao ordenamento estratégico do Estado e à ordem econômica vigente.

Sob esta constatação, a contradição entre a noção ontológica do espaço público e o seu significado metropolitano legitimado pelo Estado capitalista se complexifica ao percebermos que muitos lugares “institucionalmente públicos” da Barra da Tijuca não se revelam como espaços públicos de fato. Os parques e praças cercados com grades e com horários para abrir e fechar seus portões, as porções da praia “loteadas” por grandes hotéis e seus serviços ou com tapumes delimitando espaços de eventos para os quais não fomos convidados, ou ainda mesmo, as calçadas repletas de aparatos de vigilância e descontinuadas por carros irregularmente estacionados, são todos exemplos e manifestações desta contradição. Na medida em que são espaços que não evidenciam coletividade alguma dos usos que ali se dão, e distanciam-se das condições plenas de acessibilidade ou alteridade da troca social, mas ainda sim são oficialmente nomeados e amplamente considerados como públicos.

No entanto, tais contradições do espaço público não se manifestam apenas através da questão da acessibilidade. Ao analisarmos as atuais condições de mobilidade no bairro, observamos que os sucessivos investimentos realizados por parte do Estado para viabilizar o desenvolvimento do setor rodoviário de transportes, a partir da criação de diversas avenidas e autopistas de circulação expressa, não contribuíram para a justiça ou a fluidez do ir e vir social no espaço (CARDOSO, 1989). Na realidade, criaram mais imobilismos do que oportunidades plenas de locomoção das pessoas, pois a razão progressista do governo privilegiou o automóvel como principal meio de percorrer as longas distâncias existentes no bairro, pontuando muitas dificuldades para a locomoção dos pedestres.

Desse modo, a condição hierárquica da mobilidade na Barra da Tijuca se expressa nas experiências espaço-temporais desiguais entre aqueles que se aventuram como pedestres

(em sua maioria trabalhadores que não moram no bairro), e os que andam de carro, ou melhor, que têm potencial aquisitivo para comprar um veículo (os moradores do bairro, em geral). E, assim, o bairro pensado para o carro não corresponde apenas à abundância de asfalto, mas também à escassez de calçadas. As ruas se transformam em rodovias de trânsito acelerado, enquanto que as calçadas são apropriadas como estacionamentos e perdem o 'glamour' para as passarelas, que redesenham os percursos de quem anda a pé em função do fluxo rodoviário.

Dessa maneira, o cotidiano da metrópole nos remete a questões espaciais objetivas, como as realidades de acesso e mobilidade dos indivíduos, e subjetivas, considerando também as relações de pertencimento e identidade das pessoas com o lugar em que habitam e circulam. Ao analisar o panorama crítico do cotidiano de um bairro que possui mais supermercados do que praças públicas e mais carros circulando do que pessoas andando nas calçadas – visto que o próprio caminhar se torna um desafio repleto de descontinuidades e limitações para o corpo humano – devemos (re)pensar de modo crítico a atual reprodução do espaço público metropolitano, considerando as condições desiguais para sua apropriação e o caráter segregado das trocas sociais que nele se realizam.

Diante destes apontamentos, é possível afirmar que o espaço público do bairro se constitui perante novos contornos e práticas, novas formas e conteúdos, numa metamorfose concreta que aponta outro sentido para o estatuto de 'público' na era metropolitana. Um sentido crítico, forjado a partir das qualidades elementares de uma propriedade privada, que sob as exigências do mundo da mercadoria, precisa fomentar o valor de troca do espaço, acompanhando o ritmo global da acumulação financeira e as demandas de valorização do solo da cidade. Numa dinâmica de dominação territorial e segregação social, o espaço público absorve os fundamentos do espaço privado, elementos que anteriormente representavam o seu negativo teórico e prático, mas agora se tornam matriz das práticas hierarquizadas que nele se realizam.

Deste modo, se consolida a crise do espaço público na metrópole contemporânea, na qual os lugares abertos da cidade, uma vez dominados e ressignificados, mais se apresentam como simulacros do espaço público do que como espaços públicos em sua essência. Na realidade, se tornam simulacros porque não são "verdadeiramente" públicos, mas continuam sendo nomeados assim, mesmo depois de assumirem representações espaciais inteiramente distintas à natureza do público. Nesse sentido, por mais que o espaço público esteja cercado e vigiado, sem evidenciar acessibilidade ou alteridade nenhuma, sua denominação de público ainda resiste, pois nos parece muito mais crível e verossímil quando o espaço público assim é batizado e oficializado formalmente pelo Estado.

Logo, na incessante tentativa de igualização do 'não-igual', os antigos espaços públicos da Barra da Tijuca são progressivamente desfigurados e reapresentados numa condição 'falseada', numa simulação que altera, desvirtua, e oculta o significado real do público, atribuindo a ele características que jamais existiram na realidade urbana do passado. Neste contexto, percebemos que os encontros cotidianos do bairro, quando não confinados nos ambientes privados, se realizam em 'simulacros do espaço público'. E se antes muitos dos espaços de comunhão do bairro eram abertos e socialmente heterogêneos, hoje estão em sua maioria cercados e homogeneizados em seu perfil social,

se materializando em locais de acesso restrito e sob vigília constante. Todos os ambientes controlados e regrados, tudo para criar uma “comunidade de iguais”, em termos culturais, econômicos e estéticos. Materializando, assim, um novo regime comportamental nas grandes cidades, evidenciado pelo individualismo das práticas espaciais e pela dissolução dos laços comunitários (BAUMAN, 1995).

Assim, a gradativa diminuição de contatos entre grupos que se distinguem no que tange ao padrão socioeconômico e estilo de vida, pode ser expressa em termos territoriais da cidade. Num contexto em que, apesar da proximidade física, os cidadãos mantêm uma enorme distância social, de afetos entre si, consolidando tensões e contradições que se manifestam a partir duma série de transtornos na realidade cotidiana. Portanto, a fragmentação espacial se realiza recriando as condições materiais e subjetivas da troca social nas metrópoles contemporâneas do capitalismo periférico, ilustrando um horizonte segregado para encontros e desencontros progressivamente mediados pela propriedade privada e pelo consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando as ideias levantadas até aqui, observamos que reorientação das políticas do Estado frente à nova dinâmica econômica do mercado imobiliário-financeiro culminou em novas diretrizes governamentais, agora expressas sob uma lógica privatista de imposição da ordem estatal no espaço. Na Barra da Tijuca, esse contexto incentiva a fragmentação social através da expansão da propriedade privada, que limita a apropriação espontânea e coletiva dos espaços públicos e materializa a privação dos moradores do bairro. Sob esta orientação, uma série de restrições se impõe à realização plena da vida social, de modo que, a todo o momento, o público e o privado se contrapõem e condicionam de forma simultânea no cotidiano.

As consequências espaciais oriundas dos processos abordados acima não se limitam às desventuras da Barra da Tijuca, mas dizem respeito, principalmente, às novas condições de sociabilidade que são reproduzidas na totalidade do espaço metropolizado, em detrimento de outras que se esvaem e se tornam obsoletas. Nesse sentido, estamos falando da homogeneização, fragmentação e hierarquização não apenas da cidade, enquanto base material das ações sócio-políticas, mas do próprio cidadão e suas referências espaço-temporais. Bauman (1995) aponta que a qualidade do encontro na metrópole contemporânea assume uma natureza cada vez mais episódica e fragmentária, sinalizando novas formas de coexistência entre as pessoas da metrópole, marcadas pela indiferença total na multidão e pela preocupação crescente com interesses particulares.

Neste modelo de convivência, apesar de próximos uns dos outros, os indivíduos não estão necessariamente unidos e misturados entre si. Pelo contrário, a criação de contextos de sociabilidade mais íntimos, criativos e duradouros torna-se desafiadora frente ao padrão normativo das relações pautadas pela troca mercadológica. Dessa maneira, observamos que os (des)encontros cotidianos do espaço público se configuram sob esta dinâmica de convívio fragmentada e repleta de individualismo. Logo, nesta era do evitamento e da contenção do

Outro, o sentido da cidade se reduz através da derrocada dos seus espaços públicos (PECHMAN, 2014).

Desta maneira, o espaço público da cidade se cumpre numa materialidade, como um suporte para a realização da vida na cidade, de reunião entre as diferentes pessoas, estando aberto aos encontros. Mas também se constrói num enredo de representações e imaginários, que lhe conferem um caráter simbólico, como espaço da intersubjetividade que relaciona os diversos sujeitos sociais, em toda sua alteridade, nos diferentes momentos do cotidiano. Sob esta perspectiva, o espaço público revela as atuais determinações de troca social em sua objetividade-subjetividade, como espaço-tempo da prática social (CARLOS, 2011). Nesse sentido, evidentemente, não será uma placa advertindo “este espaço é público” que fará dele um espaço sociável, acessível e heterogêneo.

Diante das contradições deste enredo, se faz necessário repensar o espaço público tal como ele se apresenta na contemporaneidade, problematizando as determinações que desvirtuam a sua essência e renovando os conceitos determinantes para sua leitura geográfica. Sob um contexto de dominação territorial, percebemos que a reprodução do espaço público na metrópole carioca se dá através da convergência de poderes, estratégias, formas e processos que possibilitam as condições necessárias para a continuidade da reprodução do capital imobiliário-financeiro.

Neste movimento, os discursos, imagens e símbolos que são construídos sobre o espaço público nos revelam paradigmas, tendências e conflitos, mas também ocultam importantes elementos e dimensões da realidade. Assim, a lição que fica até aqui é que devemos desconfiar das certezas cotidianas. Duvidar continuamente das representações engendradas pelo Estado capitalista e os grupos econômicos dominantes, isto é, questionar a retórica do espaço concebido hegemonicamente. Esta ‘desconfiança’ da realidade como nos é apresentada é um primeiro passo para não reproduzirmos equívocos e reducionismos teóricos sobre nossos objetos de estudo.

Portanto, sob as incertezas da era metropolitana, caminharemos avante na árdua tarefa de reconhecer metrópoles e seus espaços públicos. Reconhecer, aqui, não no sentido de constatar, identificar ou distinguir o que está ‘dado’, mas sim num contexto de construção intelectual, reconhecer os fundamentos conceituais para a apreensão desta realidade (LENCIONI, 2017). Reconhecimento este que se faz frente à problemática do momento presente, resgatando aos processos históricos do passado e iluminando o devir de novas problemáticas, que se ensaiam para o futuro da produção do espaço.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. – 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

- BAUMAN, Z. *A Vida Fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.
- BORJA, J; MUXÍ, Z. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003
- CARLOS, A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. – São Paulo: Contexto, 2005.
- FERREIRA, A. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- KUSTER, E. PECHMAN, R. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LAVALLE, G. *As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria*. Espaço & Debates , v.25, p.33 - 44, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.
- _____. *Espaço e política*. Minas Gerais. Editora: UFMG, 2008.
- LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. – 1.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.